



AFRICAN FORUM AND NETWORK
ON DEBT AND DEVELOPMENT

SUSTENTABILIDADE DA DÍVIDA

**no contexto da Dependência
e Subdesenvolvimento
Africanos**

Opa Kapijimpanga's Lecture
(AfCoDD III)



Introdução

África encontra-se mais uma vez mergulhada numa profunda crise da dívida à procura de ajuda externa. A nova crise surge apenas 10 anos após a primeira crise da dívida (década de 1980), a qual foi solucionada graças à Iniciativa reforçada dos Países Pobres Altamente Endividados (PPAE) em 1999 e aos processos da Iniciativa de Alívio da Dívida Multilateral (IADM) em 2005. A chegada da segunda crise (a partir de 2020) no contexto de uma realidade global complexa levanta a questão de saber se podemos ou não prever uma terceira crise da dívida logo ali no horizonte e, sobretudo, se África não permanecerá num estado de crise da dívida permanente. Para responder a esta pergunta e à questão mais directa levantada pela Terceira Conferência Africana sobre a Dívida (AfCoDD III), a saber, “É possível que a África alcance a sustentabilidade da dívida sob o neoliberalismo?” Precisamos de “recuperar a erudição e a política emancipatória da geração anterior de intelectuais que emergiram do movimento pós-independência na década de 1960 e reformulá-la para responder às necessidades do mundo de hoje.”ⁱ. Em resposta ao Apelo da Colectiva sobre Economia Política Africana (CAPE, acrónimo em inglês), este artigo procura responder à questão da sustentabilidade da dívida africana, sob a óptica das teorias da dependência e do subdesenvolvimento baseadas na teoria Centro-Periferia e na hipótese de que, se a África não sair deste ciclo de dependência e subdesenvolvimento no qual encontra-se encurralada desde o colonialismo, permanecerá em crises da dívida para sempreⁱⁱ. Dessa forma, é necessário romper com instituições e processos que aprisionam África nessa situação, a fim de garantir a sustentabilidade da dívida e o desenvolvimento amplo e de longo prazo no continente. A responsabilidade de gerar poder compensatório para a transformação está totalmente nas mãos dos africanos, conforme a nossa experiência histórica nos revela até então.

O valor de uma teoria do desenvolvimento reside na capacidade de revelar a realidade da sociedade e proporcionar um caminho para a sua transformação. As escolas estruturalistas da década de 1960 retractavam de certa forma a realidade dos países africanos, baseando-se em grande parte numa crítica ao capitalismo (e à colonização) enquanto apresentavam o **socialismo** como alternativa. Nesse sentido, ao conquistar a independência, muitos países africanos foram influenciados pela escola estruturalista, buscando adoptar algumas medidas de modernização e industrialização, inclusive a substituição de importações e a promoção das ideias de auto-suficiência etc. Os esforços destes países para se aprofundar na trajectória do desenvolvimento foi ofuscado pelo **neoliberalismo**ⁱⁱⁱ, introduzido no consenso de Washington^{iv} pelas Instituições Financeiras Internacionais (IFIs), nomeadamente o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional (FMI), através de empréstimos de ajustamento estrutural e subvenções. A África procura hoje um novo paradigma para além do neoliberalismo, um paradigma transformador.

A primeira parte deste artigo, portanto, analisa o arcabouço teórico que fundamenta a nossa conversa sobre a Sustentabilidade da Dívida. A segunda parte faz uma análise da primeira crise da dívida, do contexto e dos processos para a sua “resolução”. Dentro disso, examinamos o entusiasmo pelo desenvolvimento do período pós-Segunda Guerra Mundial, o papel dos movimentos sociais e o processo de alívio da dívida. Na terceira parte do artigo, analisamos o contexto de desenvolvimento alterado após 2011, além de abordarmos a actual crise da dívida que África enfrenta. Para terminar, chegamos a algumas considerações finais e um olhar para o futuro. A expectativa deste documento é que haja algum consenso de que, como africanos, devemos seguir o caminho da transformação e libertar-nos da dependência e do subdesenvolvimento, desvinculando-nos das ideias, instituições e processos que minam o desenvolvimento africano: temos de sair da periferia do capitalismo global se quisermos realmente decidir por nós mesmos. Se não for assim, a África jazerá em servidão a uma dívida insustentável permanente junto ao Centro (países ricos no centro), incapacitada de ter voz activa nas decisões!



Parte I:

O Arcabouço Teórico:
A Escola Estruturalista:
dependência e subdesenvolvimento.

Antes da descolonização, a relação entre os países imperiais e as suas colónias caracterizava-se por um sistema de dominação e exploração que serviu de sustentação para o avanço industrial. As colónias estavam sob o controlo político, económico e militar das potências imperiais. Em termos gerais, a natureza global do colonialismo envolvia as seguintes características-chave que conhecemos:



Exploração Económica

As colónias eram fontes de matérias-primas, mão de obra barata e mercados para os produtos manufacturados produzidos nos países imperiais.



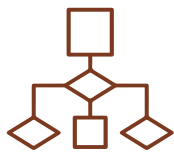
Controlo Político

Para alcançar o controlo económico, os países imperiais exerciam controlo político sobre suas colónias. As autoridades coloniais eram responsáveis por definir as leis, regulamentos e políticas, com pouca ou nenhuma representação das comunidades locais no processo de tomada de decisão.




Domínio Cultural

As potências imperiais impuseram suas normas culturais, idioma e valores às pessoas das colónias, levando à supressão ou marginalização das culturas e tradições locais, inclusive a do conhecimento tradicional.



Hierarquias Sociais

O colonialismo muitas vezes reforçou as hierarquias sociais, com os colonizadores europeus ocupando posições privilegiadas de poder enquanto as populações locais enfrentavam discriminação e marginalização.




Práticas Laborais Exploratórias

Trabalho forçado, servidão contratada e outras formas de trabalho exploratório eram comuns em inúmeras colónias, onde a população local suportava duras condições de trabalho e não tinha direitos trabalhistas como parte do processo de acumulação primitiva.

De um modo geral, a relação económica baseava-se na extracção de riqueza e recursos das colónias, em muitos casos através da acumulação primitiva.

Observando as relações coloniais, a escola estruturalista na década de 1950 cunhou a teoria **centro-periferia**^v. Em um artigo seminal de 1949, o economista argentino Raul Prebisch, propôs classificar países e regiões como **Centro** ou **Periferia**. O Centro compreenderia as nações industrializadas com economias fortes, tecnologia avançada, poder financeiro, poder político e controlo, beneficiando-se mais das actividades económicas globais, como manufactura, finanças e serviços de alto valor, livre comércio etc. Já a Periferia é composta por regiões ou países menos desenvolvidos, economicamente dependentes do centro nos atributos supramencionados, especialmente em matéria de finanças, bens de capital, serviços de alto valor e apoio em suas decisões. Os países periféricos forneciam minerais e matérias-primas, mão de obra barata e produtos agrícolas etc., a preços ditados pelo Centro, fazendo com que os termos comerciais passassem a funcionar contra si mesmos, criando um superavit no Centro. Suas capacidades industriais e tecnológicas eram restritas, já que o principal desenvolvimento nesses campos ocorria justamente no Centro. A periferia caracterizou-se ainda por baixos salários e acesso limitado aos mercados e recursos globais. O economista de desenvolvimento britânico Hans Singer chegou à mesma conclusão no que respeita o comércio internacional e termos de troca. Tanto Prebisch quanto Singer, no que hoje é conhecido como a Hipótese Prebisch-Singer, argumentam que os termos de troca das mercadorias primárias diminuem ao longo do tempo em comparação com os produtos manufacturados. E que os preços das matérias-primas apresentam uma tendência descendente ao longo do tempo, em comparação com os produtos manufacturados, cuja procura e preços seguem crescentes. (Os estudos comprovam a tese)^{vi}

Considerando que muitos países africanos dependem de uma pequena variedade de mercadorias primárias para gerar a maior parte das suas receitas de exportação, as tendências decrescentes nos preços do mercado de commodities afectam o volume de receitas de exportação e, conseqüentemente, a sua capacidade de amortizar a dívida externa denominada em moeda estrangeira. Como ver-se-á mais adiante, foi isso que contribuiu para a primeira crise da dívida.




A descolonização na década de 1960 remodelou significativamente o mapa político do mundo e levou ao surgimento de muitos países recém-independentes. Contudo, o legado do colonialismo continuou a impactar as sociedades e as economias de várias maneiras, mesmo após mais de 50 anos desde o fim formal do domínio colonial. Esta é a base da noção de neocolonialismo que afirma que as estruturas e mentalidades coloniais económicas ainda permanecem em vigor para facilitar a exploração contínua do continente e que muitos africanos ainda precisam de descolonizar as suas mentes^{vii}. Hoje mesmo, enquanto falamos, muitos países africanos ainda mantêm leis coloniais em seus estatutos! Na tentativa de se libertarem do **neocolonialismo**, os países africanos na era pós-independência buscaram seguir a escola estruturalista, adoptando o nacionalismo com políticas de substituição de importações, investimentos em capital humano e competências e, de modo geral, com o desejo de trilhar o caminho da ruptura em direcção à auto-suficiência.

Com a descolonização, grande parte do pensamento desenvolvimentista no Centro baseava-se nos modelos lineares de crescimento que afirmavam que tudo o que África precisava era de modernização e crescimento económico como caminho para o desenvolvimento. No contexto da **ideologia do neoliberalismo**^{viii} que se estava a consolidar, a noção de países em desenvolvimento foi atribuída aos países africanos e que estes também se tornariam “desenvolvidos” tal qual os países anteriormente imperiais. Deu-se ênfase na avaliação de cada país e na sua evolução conforme os indicadores elaborados pelo Centro, como o Produto Interno Bruto (PIB) e as Taxas de Crescimento.

Em sua publicação de 1966, "Desenvolvimento do Subdesenvolvimento",^{ix} André Gunder Frank, um académico alemão que viveu na América Latina, desafiou as teorias de desenvolvimento predominantes na época, argumentando que o subdesenvolvimento e a pobreza vivida pelos países da periferia (África e o Sul Global em geral) não resultaram simplesmente de factores internos ou da ausência de progressos, mas estavam intimamente ligados às suas relações históricas e contínuas com os países mais desenvolvidos, particularmente as antigas potências coloniais. Ele cunhou a noção de Dependência ao afirmar que, de facto, o nível de desenvolvimento no Centro baseava-se na contínua exploração da periferia por meio do neocolonialismo, sob formas subtis como termos de troca, domínio das empresas multinacionais bem como **Dívida e Ajuda ao Desenvolvimento** (para ‘dourar a pílula’ do neocolonialismo - Opa). Assim, o subdesenvolvimento é uma consequência dessa exploração contínua, ou seja, não é um estágio de desenvolvimento (na verdade, os recursos fluíam da periferia para o centro, enriquecendo o centro às custas das pessoas da periferia;). Eis os países subdesenvolvidos estruturalmente desfavorecidos por um sistema global de relações económicas e políticas desiguais, portanto, o **capitalismo global**.

Defendeu ainda que, para alcançar o verdadeiro desenvolvimento, era necessário romper com a dependência dos países dominantes, promover a auto-suficiência e prosseguir caminhos mais equitativos e autónomos de desenvolvimento económico e social^x. Nos mesmos passos de Frank, Samir Amin, um grande estudioso africano cunhou a noção de desvinculação (que vai além da separação) como recusa em submeter-se às exigências do Centro já que cada sociedade tem a capacidade de definir um leque alternativo de opções económicas internas^{xi}.

A teoria da dependência de Frank suscitou debates e críticas consideráveis, mas influenciou as subseqüentes teorias de desenvolvimento e contribuiu para uma compreensão mais ampla das complexas dinâmicas e desafios do desenvolvimento no contexto global. Seu trabalho destacou a importância de factores estruturais, legados históricos e relações internacionais na formação das perspectivas de desenvolvimento dos países, particularmente os do Sul Global.



Seguindo os passos de André Gunder Frank, Thomas Yalonde Clive da Guiana, um economista do desenvolvimento da escola marxista que também passou um tempo na Universidade de Dar-es-Salam, na Tanzânia, na década de 1970, em seu livro “Dependência e Transformação: Economia de Transição para o Socialismo”^{xii} em 1974 explica um pouco mais a dependência e o subdesenvolvimento. Segundo Thomas, o subdesenvolvimento é **“a falta de uma ligação orgânica, enraizada numa ciência e tecnologia (indígenas), entre o padrão e o crescimento da utilização dos recursos internos e o padrão e o crescimento da procura interna e, em segundo lugar, a divergência entre a procura interna e as necessidades das populações”**. Thomas sustenta que devemos industrializar através da ciência e da tecnologia para produzir os insumos de que necessitamos para transformar os nossos recursos em produtos manufacturados. Para além disso, África está simplesmente a transferir a maior parte do valor acrescentado para outros lugares. O que isso realmente significa é que, ao trazer bens de capital e equipamentos para processar os seus recursos, África está essencialmente a despachar empregos e rendimentos para fora do continente. Do mesmo modo, a exportação de recursos na forma de matérias-primas também transfere empregos e rendimentos para outros destinos. Cabe à África, portanto, industrializar-se com completas cadeias de valor para acabar de vez com a dependência e o subdesenvolvimento. A este respeito, África tem a responsabilidade de se libertar da dependência e do subdesenvolvimento.

Também alegou que, na qualidade de dependente, o país sobrevive na periferia do capitalismo internacional, que opera sob uma lei natural de progresso desigual ou, nas palavras de Clive, o capitalismo contém em si uma dinâmica antecipada de subdesenvolvimento. Isto significa que se um país estiver na periferia, estará sujeito a forças e processos que dificultam a ligação orgânica entre a utilização da dotação de recursos e a procura. Ou seja, a periferia será sempre explorada pelo Centro e continuará subdesenvolvida. Assim, Thomas usa a teoria para análise e também para traçar uma estratégia de desenvolvimento: a Transformação Industrial (valor acrescentado) com base nos recursos disponíveis. Tal como Frank, Thomas propôs que África rompesse com o sistema capitalista global e trilhasse uma via socialista.

Hoje podemos não falar de desvinculação como um processo radical de ruptura, à semelhança do que aconteceu na década de 1970, dada a necessidade de interdependência sustentável à qual todos os países deveriam aderir, sem contar a necessidade de paz, segurança e igualdade a toda a humanidade. Hoje, desvincular significa romper com ideias (como o neoliberalismo), processos e instituições que fortificam a nossa dependência do Centro e, conseqüentemente, nos lançam num ciclo de subdesenvolvimento. Devemos lutar pela transformação de África, retirando sua dependência do Centro por meio da transformação industrial (com base no desenvolvimento da ciência e da tecnologia) conforme afirmamos na nossa Agenda 2063, A África que Queremos! Temos de sair da periferia e tornarmo-nos a potência global que virtualmente somos! Para isso, porém, precisamos de um forte Estado desenvolvimentista.

Lições aprendidas do debate sobre Dependência:



Temos de compreender o nosso contexto histórico, as relações de poder desiguais e as forças externas que moldam a trajetória de desenvolvimento do nosso continente.



Precisamos entender as instituições, ideias e forças globais que colocam o continente neste ciclo de dependência e subdesenvolvimento.



Desvinculação: Devemos nos desvincular de ideias (como o neoliberalismo), processos e instituições que fortalecem a nossa dependência do Centro e, conseqüentemente, nos atiram para o subdesenvolvimento.



Precisamos de uma teoria do desenvolvimento que nos ajude a compreender a nossa realidade concreta, não o que os outros acreditam e nos dizem, mas uma que nos possa ajudar a traçar estratégias para um desenvolvimento sustentável de base alargada.

Parte II:

A primeira crise da dívida, o contexto e os processos para a sua resolução



A literatura disponível sobre a crise inicial da dívida em África durante as décadas de 1980 e 1990 é abundante. As causas da crise são claramente multifacetadas e estão interligadas, além de que abrangem uma combinação de desafios internos e factores externos. Até certo nível, a crise é atribuída à má governação, às más infraestruturas, à corrupção generalizada, à má gestão dos recursos pelos governos africanos e aos desequilíbrios macroeconómicos, tais como elevadas taxas de inflação, défices orçamentais e baixos níveis de crescimento económico; sem contar os desequilíbrios comerciais que enfraqueceram as suas economias e dificultaram a gestão das suas obrigações de dívida etc., face aos desafios internos. Relativamente aos factores externos, as causas são geralmente atribuídas a choques elevados dos preços do petróleo, termos de troca desfavoráveis e a queda dos preços das matérias-primas, o que levou à redução das receitas de exportação, taxas de juro elevadas e condições de empréstimo desfavoráveis (Alguns empréstimos foram concedidos sob condições onerosas e prazos de amortização rigorosos que sobrecarregaram os orçamentos nacionais). Todos esses factores podem muito bem ter os seus próprios méritos.

No entanto, de um ponto de vista estruturalista, ficou evidente que as causas subjacentes à crise foram o facto de as economias africanas ainda estarem presas a um modo de dependência e subdesenvolvimento (modo neocolonial). Nesse sentido, vejamos algumas das causas subjacentes, ou seja, as verdadeiras causas profundas:

- * A independência trouxe consigo muito entusiasmo pela autodeterminação e pela ruptura com o passado colonial. Os países africanos olharam para a esquerda, para a direita e tentaram todos os modelos de desenvolvimento: houve até uma forma de divisão em África. Alguns queriam o socialismo (Tanzânia), outros o capitalismo e ainda outros o não-alinhamento. Alguns assumiram o nacionalismo (o Grupo de Monróvia) e outros queriam uma união/federação pan-africana (o Grupo de Casablanca)^{xiii}. Pode-se dizer que houve certa confusão que demorou para ser esclarecida. Com apenas 25 anos de independência, houve pouco tempo para a transformação das estruturas económicas coloniais. Enquanto isso, as outrora potências imperiais mantiveram o domínio e o nível de influência para conservar os antigos sistemas, desta vez sob a forma de empréstimos e ajuda ao desenvolvimento.
- * As economias africanas ainda dependiam da produção e exportação de mercadorias primárias. O bem-estar financeiro de um país e de seus cidadãos depende muito do dinheiro que ganham, inclusive o uso de moeda estrangeira para pagar dívidas com outros países. Mas os países não têm absolutamente nenhum controlo sobre os preços das commodities e, portanto, estão sujeitos a um declínio a longo prazo nos termos de troca, conforme pontuado pela tese de Prebich-Singer. Na década de 1980, registou-se um declínio dramático dos preços das matérias-primas não petrolíferas, atribuído a um declínio da procura, em parte devido aos avanços tecnológicos (ex.: substituição do cobre por fibra óptica, fibras naturais com sintéticos e utilização de materiais mais leves; para os automóveis pouparem combustível na sequência dos choques petrolíferos das décadas de 1960 e 1970, por exemplo), sem contar um ligeiro declínio da produção industrial nos países da OCDE durante a década de 1975-1980. O impacto foi grande, com uma perda estimada em mais de US\$ 35 bilhões em ganhos cambiais apenas em 1988! Além disso, a depreciação do dólar dos EUA entre 1985 e 1987 provocou um aumento dos preços dos produtos manufacturados de até 44%! Estes efeitos tiveram um grave impacto negativo nas receitas cambiais, resultando no estrangulamento das importações, na incapacidade de pagar dívidas crescentes e, por conseguinte, na contracção das economias. No caso dos países não-produtores de petróleo, os aumentos dos preços do petróleo em 1973-1974 e 1978-1979 ampliaram o choque^{xiv}. Naturalmente, depender da produção de matérias-primas básicas não funciona bem para a sustentabilidade da dívida!

- * As instituições que deveriam trabalhar a nosso favor não o fazem! Embora a Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento tenha sido criada pela ONU por iniciativa dos países latino-americanos, asiáticos e africanos para salvaguardar os interesses das nações pobres, ela acabou por ser comandada pelos países ricos. Manteve-se mais ocupada com a estabilização dos preços das commodities do que em encontrar uma saída para que estes países pudessem sair do esquema produtor de matérias-primas básicas! África e Europa criaram um fundo de estabilidade chamado STABEX, sob o acordo comercial de Lomé, para lidar com a escassez de moeda estrangeira. Os esforços para que a CNUCED explorasse o Fundo para ajudar os produtores primários a estabilizar o seu abastecimento não foram aprovados pelos países ricos; em vez disso, procuraram fortalecer a posição do FMI e as suas condicionalidades (veja abaixo). Também vale a pena mencionar que o comércio de matérias-primas básicas era dominado pelas corporações transnacionais dos países ricos, sobre as quais a CNUCED não tinha controlo, assim o foco da CNUCED passou a ser a estabilização dos preços das commodities em vez de ajudar a agenda de industrialização em África^{xv}.
- * Após o primeiro incumprimento da crise da dívida pelo México, o FMI passou a exigir que os países mudassem radicalmente as suas políticas económicas internas como condição para a aprovação do empréstimo. No Programa de Ajustamento Estrutural de 1986 e no Programa de Ajustamento Estrutural Melhorado de 1987, o FMI impôs condicionalidades como desvalorizações que, por sua vez, fizeram aumentar o stock da dívida de países já endividados! Importante destacar que os próprios Programas eram empréstimos e não subvenções! Apenas agravaram a situação da crise!
- * A pouca industrialização e a falta de diversificação económica impediram os países africanos de aumentar suas reservas cambiais. Esta restrição estrutural dificultou a geração de receitas suficientes para que os países pagassem as suas dívidas.
- * Baixo desenvolvimento do capital humano: o investimento insuficiente na educação, na saúde e no desenvolvimento de competências ocasionou a falta de mão-de-obra qualificada e a diminuição do capital humano. A ausência de uma força de trabalho bem-educada e capacitada limitou a produtividade e a inovação, dificultando o crescimento económico e a capacidade de abordar eficazmente a crise da dívida.
- * . Com estados relativamente fracos a enfrentar alta procura por serviços por parte dos cidadãos comuns e traços elitistas^{xvi}, os países africanos submeteram-se a “empréstimos ilegítimos”, isto é, empréstimos irresponsáveis concedidos por Agências de Crédito à Exportação dos países ricos. (veja o trabalho da AFRODAD sobre as Agências de Crédito à Exportação).
- * O fraco estado africano não conseguiu avançar com uma estratégia clara de transformação e recorreu à súplica pelo cancelamento da dívida!

Assim, em 1990, a maioria dos países estava profundamente endividada e algo precisava ser feito! A realização deve-se, em grande parte, ao contexto de desenvolvimento pós-Segunda Guerra Mundial e ao papel de lobby e advocacy dos movimentos sociais e das ONGs.

O Contexto de Desenvolvimento pós-Segunda Guerra Mundial:

A cooperação internacional para o desenvolvimento ia de vento em popa no início da década de 1960, impulsionada pelo optimismo e entusiasmo do desenvolvimento pós-Guerra Mundial. 1960-1970 foi considerada a Primeira Década do Desenvolvimento, seguida pela Segunda, de 1970 a 1980, para ajudar as nações africanas recém-formadas no pós-colonialismo. O continente africano estava repleto de voluntários de todo o mundo como professores, médicos, assessores técnicos etc. Houve uma grande solidariedade entre as pessoas do Centro e de África. A acção da sociedade civil foi regida por essa solidariedade. Da mesma forma, os governos do Centro estavam dispostos a prometer recursos financeiros de até 0,7% de sua renda nacional bruta.

A Comissão Pearson 1969

Com o apoio do Banco Mundial e do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) foi fundada em 1968 a "Comissão para o Desenvolvimento Internacional" sob a liderança das Nações Unidas por Lester B Pearson, que tinha acabado de completar o seu mandato como Primeiro-Ministro canadiano e recebeu o Prémio Nobel da Paz. A Comissão foi convocada para examinar as questões relacionadas com o desenvolvimento global e a cooperação internacional, sendo publicado em 1969 o seu relatório final, intitulado "Parceiros no Desenvolvimento". O relatório examinou vários aspectos do desenvolvimento global e apresentou recomendações para enfrentar os principais desafios, inclusive a pobreza, a desigualdade e o subdesenvolvimento.



O relatório reivindicava, nomeadamente:

- * Intensificação da cooperação e parceria internacionais entre países desenvolvidos e em desenvolvimento para promover o desenvolvimento económico, reduzir a pobreza e enfrentar os desafios globais.
- * Ajuda ao desenvolvimento mais eficaz, coordenada e harmonizada (eficácia da ajuda) aos países em desenvolvimento.
- * Necessidade de maiores recursos financeiros, de programas de ajuda mais bem direccionados e de mecanismos de prestação de ajuda melhorados para maximizar o impacto da assistência ao desenvolvimento.
- * Políticas comerciais internacionais justas e equitativas que promovam os interesses dos países em desenvolvimento.
- * Necessidade de aumento do investimento privado e mobilização de recursos internos nos países em desenvolvimento.
- * Transferência de tecnologia para fomentar o desenvolvimento económico nos países em desenvolvimento, incluindo medidas destinadas a facilitar a transferência de tecnologia, incentivar a investigação e o desenvolvimento, bem como promover a inovação tecnológica nos países em desenvolvimento.

Devido a este arcabouço, que salientou a necessidade de uma acção colectiva, de uma parceria e de uma abordagem global para tratar as questões complexas enfrentadas pelos países em desenvolvimento, os países africanos altamente endividados puderam aproximar-se dos países credores com alguma expectativa de alívio da dívida, conseguindo que uma parcela significativa da dívida fosse perdoadada.

O papel da sociedade civil no Apelo ao Cancelamento da Dívida^{xvii}

A sociedade civil, tanto no Norte como no Sul, foi bem galvanizada ao apelar à anulação da dívida. Uma vez que a tensão da dívida e os Programas de Ajustamento Estrutural tiveram um visível impacto negativo nas pessoas dos países endividados em todo o mundo, as campanhas de cancelamento da dívida aumentaram através da consolidação e formação de ONGs e coalizões com foco na Dívida. As redes transnacionais, a exemplo do Fórum e Rede Africana sobre Dívida e Desenvolvimento (AFRODAD), a Rede Europeia sobre Dívida e Desenvolvimento (EURODAD), o Fórum sobre Dívida e Desenvolvimento da América Latina (FONDAD), a Campanha Liberdade contra a Dívida (FDC) da Ásia, diversas redes e organizações nos EUA como a “50 Years is Enough” e o movimento global do Jubileu 2000 (só para citar alguns) consolidaram-se na pauta de cancelamento da dívida. Estas organizações empreenderam actividades de lobby e advocacy junto aos governos do Norte, organizações intergovernamentais e, de facto, junto aos principais tomadores de decisão: o G7 (grupo de países mais avançados (Centro) do qual fazem parte Canadá, França, Alemanha, Itália, Estados Unidos e Reino Unido). O mais forte de todos, o movimento Jubileu 2000, que reuniu 17 milhões de assinaturas em todo o mundo, pediu aos credores que cancelassem as dívidas até 2000. Na assembleia de Colónia em que a petição foi entregue, os países do G7 concordaram com uma iniciativa melhorada dos PPAE (países pobres altamente endividados) que proporcionar-lhes-ia até 80% do alívio da dívida. É amplamente reconhecido que a sociedade civil em todo o mundo teve impacto no processo.



Vale destacar, no entanto, que as organizações e movimentos da sociedade civil na campanha da Dívida tiveram bases diferentes para a sua campanha e abordaram o processo de campanha de formas diferentes. Muitas ONGs em África contavam com pessoas que tinham sido expostas às questões em torno do neocolonialismo, subdesenvolvimento e dependência; à natureza das relações de poder entre o Centro e a Periferia; e às dificuldades enfrentadas pelos países africanos em seus esforços para o desenvolvimento. Como africanos, buscamos capitalizar as intenções positivas dos países credores em relação ao desenvolvimento, que ficaram evidentes em vários fóruns de desenvolvimento, e enfatizamos a importância de permitir que a África tivesse a oportunidade de se recuperar após o cancelamento da dívida. Chamamos também a atenção para o impacto negativo das PAE e das fontes ocultas de endividamento, tais como desvalorizações, dívidas ilegítimas que não beneficiavam os cidadãos africanos, empréstimos irresponsáveis e algumas instituições que estavam a gerar dívida em África, como as agências de garantia de crédito à exportação. Para nos envolvermos de forma significativa com os governos e instituições na Europa, EUA e Canadá, precisávamos que nossos parceiros de ONGs do Norte abrissem-nos as portas para que pudéssemos fazer nosso lobby. Todos os nossos parceiros setentrionais viram e apoiaram a nossa causa, facilitando assim o acesso. Ficar-lhes-emos gratos por isso.

Muitas ONGs, Coalizões e Redes europeias e americanas agiram de forma bastante técnica sobre a questão da Dívida, inclusive demonstrando que o fluxo líquido de recursos era de África para o Norte e que havia recursos adequados no Norte para abater as Dívidas. Apontaram para o facto de o FMI estar sentado sobre um grande depósito de ouro que poderia ser vendido para proporcionar alívio da dívida, e que os Bancos Multilaterais (Banco Mundial e bancos regionais, inclusive o Banco Africano de Desenvolvimento) poderiam dar baixa nas dívidas sem que as suas classificações fossem afectadas, pois detinham enormes reservas e, afinal, eram apoiados pela Ajuda ao Desenvolvimento. Abordar a dívida de forma técnica foi muito útil para lidar com tecnocratas. Funcionou!

O movimento do Jubileu 2000 foi baseado na ordenança bíblica (Levítico 25: 8-13) de que a cada 50 anos houvesse um ano de Jubileu em que os escravos fossem libertados e as dívidas perdoadas. O Movimento apontou o Ano 2000 como o ano jubilar. Por causa deste fundamento moral, a campanha foi muito bem-sucedida! Contudo, em alguns casos, o apelo retractou África num sentido negativo e, por vezes, acabou por ser ofensivo. Não obstante, como africanos, participámos plenamente no trabalho do Jubileu 2000 e, na verdade, no sucesso do Apelo ao cancelamento da dívida em Colónia, no Verão de 1999.

Importa referir que, apesar de todos os esforços da sociedade civil e, em particular, do contributo sério da campanha radical "50 Years is Enough" em prol da reforma das instituições de Bretton Woods; o FMI não se mexeu de todo. Hoje mesmo, enquanto falamos, os programas do FMI ainda estão repletos das condicionalidades da política neoliberal. Os apelos à reforma da actual arquitectura financeira internacional, que tem o FMI no centro, não passam de uma ilusão. A Organização Mundial do Comércio continua a existir para o ganho dos países do centro e, passados os anos, a CNUCED não saiu da estabilização dos preços das commodities. Chegou a hora de as ONG africanas compreenderem que a nossa atenção deve centrar-se nos nossos governos e nas suas instituições a nível continental e sub-regional.

O Caminho para o processo PPAE e IADM: xviii

A jornada em direcção ao alívio da dívida e ao cancelamento da dívida para resolver a primeira crise da dívida foi longa, com início no final da década de 1970, quando os países africanos começaram a debater-se com a amortização da dívida. Dada a existência de um mecanismo de negociação com doadores bilaterais no Clube de Paris, vários países africanos fizeram fila para o reescalonamento da dívida. Contudo, o problema não pôde ser resolvido com reagendamento, pois percebeu-se que o problema era mais profundo, dada a persistente fraqueza nos preços das commodities na década de 1980, e, assim, o G7 encarregou-se de tomar decisões sobre o alívio da dívida numa série de reuniões, começando com a de Veneza, Itália, em 1987, que continha alguns elementos de redução da dívida para além do reescalonamento. Foram tomadas novas medidas na sequência da reunião do G7 realizada em Toronto em 1988 (termos de Toronto), que previa um leque diferente de opções, inclusive o cancelamento definitivo. Em 1991, os termos de Toronto foram aprimorados. Em 1996, nasceu a iniciativa PPAE, tendo sido aprimorada em 1999 na Cimeira do G7 em Colónia, no clímax do trabalho de lobby e advocacy da sociedade civil, ocasião em que foram entregues 17 milhões de assinaturas de todo o mundo a pedir o cancelamento da dívida. Em 2005, foi estabelecida a Iniciativa de Alívio da Dívida Multilateral (IADM) após a reunião do G8 no Hotel Gleneagles, na Escócia, que pleiteava o cancelamento de 100% da dívida ao FMI, a Associação Internacional de Desenvolvimento (AID) do Banco Mundial, e o Fundo Africano de Desenvolvimento (AfDF) para os países classificados como PPAE. Todo alívio da dívida foi custeado pela ajuda ao desenvolvimento.

Na altura da crise financeira global de 2008, a maioria dos países africanos altamente endividados estavam a começar do zero. A questão era saber se algumas lições foram aprendidas para garantir práticas de sustentabilidade da dívida a longo prazo em África.

O mutante contexto de desenvolvimento:

No pós-debate da Comissão Pearson sobre o financiamento do desenvolvimento, lançaram-se muitas dúvidas sobre a eficácia da ajuda. As atenções estavam a ser redireccionadas para a mobilização de recursos internos, comércio internacional e fluxos financeiros de capitais privados. Estes temas foram discutidos em Monterey (2002), repetidos em Doha (2008), e em Adis Abeba (2015), onde foi dito claramente aos governos africanos que a responsabilidade pela sustentabilidade da dívida cabe aos países mutuários - Artigo 97.^o Foram ainda aconselhados a prestar atenção ao desenvolvimento da ciência, tecnologia, inovação e capacitação como chave para a transformação. Do mesmo modo, na série de discussões sobre a eficácia da ajuda, observamos o mesmo padrão. Partindo do princípio de que a ajuda não foi eficaz devido à falta de harmonização entre os doadores, a Declaração de Roma de 2003 apelou à harmonização da ajuda entre os doadores, depois assistiu ao nascimento do apoio orçamental e das abordagens sectoriais.

Estes não produziram realmente resultados, sob o pretexto de que os doadores estavam a ditar a agenda de desenvolvimento e a afectação financeira, e de que os países africanos deviam sentar no "banco do condutor". A Declaração de Paris sobre a Eficácia da Ajuda, de 2005, apelou então à Apropriação: Os países em desenvolvimento devem definir as suas próprias estratégias para reduzir a pobreza, melhorar as suas instituições e combater a corrupção; Alinhamento: Os países doadores alinham-se em torno destes objectivos e utilizam sistemas locais; Harmonização: Os países doadores coordenam, simplificam os procedimentos e partilham informações para evitar duplicações; Resultados: Os países em desenvolvimento e os financiadores agora centram-se em alcançar resultados de desenvolvimento e avaliar esses resultados; e Responsabilização mútua: Os doadores e parceiros são responsáveis pelos resultados do desenvolvimento. Poucos resultados foram alcançados nestes processos e tudo o que a reunião de acompanhamento em Accra, Gana (2008) pôde fazer foi apenas reafirmar compromissos com a acção. Uma avaliação realizada pelo Secretariado da OCDE sobre a implementação dos acordos de Paris e de Accra revelou que muito pouco progresso foi feito^{xix}. Muito provavelmente foi por causa disso que Busan, na Coreia do Sul, sediou o último Fórum de Alto Nível sobre a Eficácia da Ajuda no final de 2011. A mensagem foi clara: após muitos anos de ajuda ao desenvolvimento, novos intervenientes tinham surgido e, portanto, era necessária uma mudança da ajuda ao desenvolvimento. Os países foram informados de que os recursos próprios do Governo eram fundamentais para o desenvolvimento e a responsabilização dos cidadãos; o desenvolvimento pode ser financiado por recursos internos aumentados pela contenção da corrupção e dos fluxos financeiros ilícitos, da mutualização do financiamento do sector privado, através do comércio internacional (especialmente o desenvolvimento dos mercados regionais (para economias de escala) e através da cooperação Sul-Sul (ex.: o marco regulatório dos BRICS).

Logo depois de Busan, muitas seções de desenvolvimento das embaixadas e agências de desenvolvimento, como as do Canadá e da Holanda, fecharam seus escritórios em mais de 33 países de África. Tudo o que deixaram foram agentes comerciais. No final de 2012, o Grupo de Trabalho da OCDE sobre a Eficácia da Ajuda^{xx} foi abandonado.

Tornou-se claro para muitos de nós que, se houvesse outra crise da dívida (na altura não havia razão para acreditarmos numa nova crise), já não haveria ajuda ao desenvolvimento para o cancelamento da dívida. A reestruturação da dívida já tinha sido afirmada como o caminho futuro para quaisquer discussões sobre alívio da dívida, podendo incluir moratória sobre os pagamentos do principal, prazos mais longos e taxas de juros concessionais, porém transferindo o fardo para as próximas gerações.

A Segunda Crise da Dívida Africana.

Logo após a crise financeira de 2008, a dívida africana começou a ressurgir. Em 2020, a dívida externa subiu para cerca de US\$ 720 mil milhões. Mais uma vez, isso é atribuído à crise financeira global de 2008, à pandemia de COVID-19 e, mais recentemente, à guerra na Ucrânia. Conforme já foi dito, o jogo agora é a reestruturação da dívida, uma vez que a maior parte é comercial/privada e a dívida bilateral é dominada pela China. Os países africanos estão na fila da reestruturação da dívida, sendo a Zâmbia a primeira e provavelmente seguida pelo Gana e depois por outros. Ainda vamos testemunhar o desfecho disso tudo.

Quanto às razões estruturais subjacentes à segunda crise, talvez a resposta possa ser explicada pela teoria centro-periferia e o seu desdobramento da dependência e do subdesenvolvimento.

Conclusões e caminho a seguir:

África trava uma luta na periferia do capitalismo global e, sobretudo, permanece no modo de dependência e subdesenvolvimento. Precisamos que todos compreendam esta realidade para termos um terreno comum e partilhado para a transformação, tal como previsto na Agenda África que Queremos 2063.

Ainda há muitas coisas que podemos fazer, mas fundamentalmente devemos nos desvincular de ideias, processos e instituições que nos aprisionam neste modo. Exemplos disso são o FMI, a OMC e outros organismos cujos interesses não servem o povo africano. Pensar que estas instituições poderão ser reformadas ou transformadas é uma ilusão e um luxo, que só pode ser comprado por privilegiados progressistas do Centro. Mesmo as alternativas no horizonte, como o Banco de Desenvolvimento dos BRICS, devem ser avaliadas pela óptica do modelo centro-periferia, já que a China e a Rússia, em relação à África, apresentam-se como países do centro.

Crucial para o desenvolvimento a longo prazo de África é a Industrialização (mesmo que por empresas estatais) com base nos recursos disponíveis. Devemos produzir bens de capital necessários para processar nossas matérias-primas, fabricar produtos e exportar produtos manufacturados primeiro para nós mesmos (Área de Comércio de África) e depois para outros! O comércio externo deve ser uma extensão do comércio interno. É aqui que reside o grande vazamento do desenvolvimento, a causa do desemprego e da baixa base financeira para sustentar qualquer empréstimo! Se não fizermos isso, a África continuará com uma dívida perpétua e insustentável!

O declínio da ajuda ao desenvolvimento é um bom sinal para África, mesmo que pareça uma oportunidade perdida. A brutalidade da arquitectura financeira capitalista global, tal como será vivida na reestruturação da dívida na actual crise, é um despertar para que África não apenas utilize os recursos emprestados para a transformação, mas sobretudo identifique oportunidades de mais financiamento do desenvolvimento, tais como:

- * Reprimir com rigor os fluxos financeiros ilícitos através da partilha de conhecimentos entre os países africanos. As empresas multinacionais são as principais culpadas, especialmente nos sectores de mineração.
- * Promover as remessas e os investimentos da diáspora através do fortalecimento do marco político-regulatório, tendo em conta que, só em 2020, as remessas para a África Subsaariana foram de USD 51 mil milhões!^{xxi}. África tem uma enorme diáspora! A este respeito, temos de incentivar as instituições financeiras e os intervenientes no mercado de capitais a desenvolverem produtos e instrumentos financeiros adaptados à diáspora para atrair tais financiamentos (contas bancárias & obrigações da diáspora).
- * A diáspora também constitui uma grande reserva de recursos humanos em Matemática, Ciência e Tecnologia (essenciais para a industrialização), os quais África pode prospectar.
- * Parcerias público-privadas (PPP) no processo de industrialização a partir de um marco regulatório robusto para as PPP a fim de maximizar os seus benefícios económicos; e financiamento verde climático.

Porém, precisamos de um forte estado desenvolvimentista para orientar o processo de transformação.

Nós, na qualidade de ONG, temos um papel fundamental a desempenhar na promoção dessa transformação através de uma agenda pan-africana.

-
- i. Ver Vida ou Dívida: O Estrangulamento do Neocolonialismo e a Busca de Alternativas em África no Dossiê Tricontinental 63 página 11/18 em <https://thetricontinental.org/dossier-63-african-debt-crisis/>
 - ii. Articulado como Fundamentalismo do FMI e a Crise da Dívida Permanente pp. 5/18-7/18 no Dossiê acima.
 - iii. Em essência, o neoliberalismo é uma ideologia associada à promoção do capitalismo de livre mercado, à redução do papel do Estado na economia, ao livre comércio internacional e assim por diante. Ronald Regan e Margret Thatcher são os mais conhecidos implementadores da agenda económica neoliberal.
 - iv. Em essência, o neoliberalismo é uma ideologia associada à promoção do capitalismo de livre mercado, à redução do papel do Estado na economia, ao livre comércio internacional e assim por diante. Ronald Regan e Margret Thatcher são os mais conhecidos implementadores da agenda económica neoliberal.
 - v. Note-se que, na sua concepção dos sistemas mundiais, Immanuel Wallerstein também incluiu a categoria de países semiperiféricos. Veja, por exemplo, o vídeo: <https://www.youtube.com/watch?v=JN6LIMY2ApQ> sobre uma descrição da teoria da dependência
 - vi. Veja, por exemplo, The Prebisch-Singer Hypothesis: Four Centuries of Evidence, David I. Harvey, Neil M. Kellard, Jakob B. Madsen, and Mark E. Wohar at UNO Economics Faculty Publications | Department of Economics | University of Nebraska at Omaha (unomaha.edu)
 - vii. Veja vídeos de descolonização da Mente no YouTube por Chetna Mehta, Ngugi wa Thiong'o e outros
 - viii. O neoliberalismo é uma ideologia que afirma o papel reduzido do Estado e a predominância do livre mercado como caminho do desenvolvimento (entre outras coisas). Veja abaixo o consenso de Washington.
 - ix. Desenvolvimento do Subdesenvolvimento, Monthly Review Press 18 de Abril de 1966 https://monthlyreviewarchives.org/index.php/mr/article/view/MR-018-04-1966-08_3
 - x. Frank defendeu que os países periféricos deveriam romper com o Centro no momento em que o Centro estiver mais fraco. (Tal como a Índia fez logo após a Segunda Guerra Mundial, quando a Grã-Bretanha estava no seu ponto mais fraco: a Índia, como resultado, tornou-se uma potência económica em ascensão) ou através de uma revolução socialista, como foi o caso de Cuba.
 - xi. Samir Amin: Mau desenvolvimento p.70-71 citado em Desvinculação ou Globalização por Jan Neederveen em seu artigo de revisão da obra ou Samir Amin.
 - xii. Thomas Clive: Dependência e Transformação: a Economia da Transição para o Socialismo, Monthly Review Press, 1974.
 - xiii. O Grupo de Casablanca, composto por líderes radicais, apelou a uma união/federação política pan-africana. Trata-se da Argélia, Egípto, Gana, Guiné, Líbia, Mali e Marrocos. Por outro lado, o Grupo de Monróvia, composto pela Etiópia, Libéria, Nigéria, Serra Leone, Togo, Tunísia, Zâmbia e Tanzânia, acreditava que os Estados africanos independentes deveriam cooperar e existir em harmonia, mas sem federação política e integração profunda, tal como apoiado pelo seu principal rival, o chamado Grupo de Casablanca. Para salvar o continente, em 1963, os dois grupos uniram-se para estabelecer uma organização formal, de âmbito continental, a Organização de Unidade Africana (OUA) que mais tarde veio a ser a União Africana.
 - xiv. Para uma cobertura elaborada deste assunto, veja "Commodities em Crise" de Alfred Maizels em <https://www.wider.unu.edu/sites/default/files/Publications/Book/Book-commodities-crisis.pdf>
 - xv. *ibid.*
 - xvi. Importação de artigos de luxo para a elite porque podiam comprá-los a qualquer taxa de câmbio...
 - xvii. Veja Cap. 8: Proclamação do Jubileu: A Rede de Dívida e Ajustamento Estrutural por Elizabeth Donnelly em Movimentos, Redes e Normas Sociais Transnacionais: Reestruturação da Política Mundial em: <https://www.scribd.com/document/241417488/Social-Movements-Protest-And-Contention-14-Sanjeev-Khagram-James-v-Riker-Kathryn-Sikkink-Restructuring-World-Politics-Transnational-Social-Mov>
 - xviii. Para um histórico detalhado das iniciativas de alívio da dívida, incluindo números, veja Alívio da Dívida e Sustentabilidade por Boris Gamara et al em <https://www.ohchr.org/sites/default/files/Documents/>
 - xix. Melhor Ajuda: Eficácia da Ajuda 2011: Progresso na Implementação da Declaração de Paris Aid Effectiveness 2011: Progress in Implementing the Paris Declaration | en | OECD
 - xx. <https://www.oecd.org/dac/effectiveness/45498646.pdf>
 - xxi. <https://www.knomad.org/sites/default/files/2019-04/Migrationanddevelopmentbrief31.pdf> page 25.

Mr. Kapijimpanga - AFRODAD's founder



AFRICAN FORUM AND NETWORK
ON DEBT AND DEVELOPMENT

